

CP_01_GESBA/2024

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE CONTENTORES FRIGORÍFICOS *HIGH CUBE* DE 40 PÉS CONTENDO BANANA DA MADEIRA, ENTRE OS CENTROS DE PROCESSAMENTO DE BANANA DA GESBA E O PORTO DO CANIÇAL

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I:

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Objeto
2. Quantidades
3. Locais da Prestação dos Serviços
4. Contrato
5. Prazo

CAPÍTULO II:

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I:

Obrigações do Fornecedor

Subsecção I:

Disposições Gerais

6. Obrigações Principais do Fornecedor

Subsecção III:

Dever de Sigilo

7. Objeto do Dever de Sigilo
8. Prazo do Dever de Sigilo

Secção II:

Obrigações da GESBA

9. Parâmetro Base do Preço Contratual
10. Condições de Pagamento

CAPÍTULO III:

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

- 11. Penalidades Contratuais
- 12. Força Maior
- 13. Resolução por Parte do Contraente Público
- 14. Resolução por Parte do Fornecedor

CAPÍTULO IV:

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

- 15. Foro Competente

CAPÍTULO V:

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16. Subcontratação e Cessão da Posição Contratual
- 17. Comunicações e Notificações
- 18. Contagem dos Prazos
- 19. Proteção de Dados
- 20. Legislação Aplicável

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Objeto

1.1. O presente concurso público é designado por **CP_01_Gesba/2024** – Aquisição de Serviços de Transporte Terrestre de Contentores Frigoríficos *High Cube* de 40 pés Contendo Banana entre os Centros de Processamento de Banana da Gesba e o Porto do Caniçal.

1.2. Faz parte do objeto do procedimento o transporte de contentores frigoríficos *high cube* de 40 pés, entre os Centros de Processamento da Ponta do Sol (Centro PS), da Madalena do Mar (Centro MM) e do Centro de Processamento de Banana de São Martinho (Centro SM) para o Porto do Caniçal (PC), assim como o aluguer de semirreboques quando carregados com contentores frigoríficos ligados à corrente elétrica, imobilizados nos Centros de Processamento, por um período superior a 3 dias

1.3. O procedimento engloba, por conseguinte, os seguintes lotes:

- a) **Lote 1**: Prestação de serviços de transportes de contentores frigoríficos *high Cube* de 40 pés afetos aos Centros de Processamento da Ponta do Sol e da Madalena do Mar para o Porto do Caniçal.
- b) **Lote 2**: Prestação de serviços de transportes de contentores frigoríficos *high Cube* de 40 pés afetos ao Centro de Processamento de São Martinho, Funchal, para o Porto do Caniçal.

2. Quantidades

Estima-se o transporte de contentores nas seguintes quantidades em cada um dos lotes:

Lote 1 Centros MM/PS: 750 contentores/ano;

Lote 2 Centro SM: 700 contentores/ano.

3. Locais da Prestação dos Serviços

Os serviços objeto do presente procedimento deverão ser prestados, mediante indicação/requisição da entidade adjudicante, nos seguintes locais:

a) Lote 1:

Centro de Processamento de Banana da Ponta do Sol, sito em Estrada da Ribeira, Ponta do Sol, Madeira.

Centro de Processamento de Banana da Madalena do Mar, sito em Sítio da Vargem, Madalena do Mar, Madeira.

b) Lote 2:

Centro de Processamento de São Martinho, sito em Azinhaga do Poço Barral, São Martinho, Funchal, Madeira.

4. Contrato

4.1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

4.2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a)** Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c)** O presente Caderno de Encargos;
- d)** A proposta adjudicada;
- e)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4.4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 4.2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 96.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com o artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M de 14 de agosto, ambos na sua última redação.

5. Prazo

5.1. Os contratos terão a duração de 1 ano, não renováveis, sem prejuízo de os mesmos poderem cessar antes do referido termo, por força de ser atingido os preços máximos contratuais fixados por lote no ponto 9. infra.

5.2. O contrato produz efeitos a partir da data da oposição da última assinatura eletrónica.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I

Obrigações do Fornecedor

Subsecção I

Disposições Gerais

6. Obrigações Principais do Fornecedor

6.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, designadamente em matéria de transporte de mercadorias e alimentos, segurança, seguros de responsabilidade civil automóvel, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor a obrigação de efetuar o transporte terrestre dos

contentores frigoríficos *light cube* de 40 (quarenta) pés, respeitando a legislação em vigor e da seguinte forma:

- a) Transporte terrestre com trator e com semirreboque porta-contentores *high cube* de 40 pés desde os Centros de processamento para o Porto do Caniçal, conforme solicitado/requisitado pela entidade adjudicante;
- b) Recolher os contentores de 40 pés vazios no Porto do Caniçal, em conformidade com as instruções da entidade adjudicante para os Centros de processamento de banana;

6.2. Os transportes serão efetuados de acordo com requisitado pela entidade adjudicante, e com respeito pelos horários e datas e destinos indicados na requisição.

6.3. O adjudicatário obriga-se a efetuar o transporte em estrita conformidade com a legislação aplicável ao transporte de mercadorias e ao transporte de bens alimentares, designadamente com o respeito por todas as normas de segurança e higiene alimentar.

6.4. O adjudicatário obriga-se a fornecer, sempre que a entidade adjudicante o requisitar, os seguintes números máximos de semirreboques para ligação à corrente elétrica quando carregados com contentor frigorífico contendo banana, nos seguintes locais:

- a) Centro PS: 6 semirreboques;
- b) Centro MM: 2 semirreboques;
- c) Centro FX: 7 semirreboques;

Subsecção II

Dever de Sigilo

7. Objeto do Dever de Sigilo

- 7.1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Gesba, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 7.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 7.3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

8. Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até à cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II Obrigações da GESBA

9. Parâmetro base do preço contratual

9.1. **Lote 1: Prestação de serviços de transportes de contentores frigoríficos *high Cube* de 40 pés afetos aos Centros de Processamento da PS/MM e o PC:**

- a) Preço base unitário do transporte de contentores dos Centros MM/PS para o Porto do Caniçal a efetuar com trator + semirreboque porta-contentores: 300,00€;
- b) Preço base total do Lote 1: 225.000,00€.

9.2. Lote 2: Prestação de serviços de transportes de contentores frigoríficos *high Cube* de 40 pés afetos ao Centro de Processamento SM e o PC:

- a) Preço base unitário do transporte de contentores do Centro SM para o Porto do Caniçal a efetuar com trator + semirreboque porta-contentores: 200,00€;
- b) Preço base total do Lote 2: 140.000,00€.

9.3. Preço base para o **aluguer à hora do semirreboque após o terceiro dia de imobilização do mesmo**, quando o contentor for requisitado e se encontrar à disposição da entidade adjudicante, ligado à corrente elétrica num dos Centros de Processamento de Banana da Gesba: 1,05€/hora.

9.4. Nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 17.º do CCP, o valor global base do presente procedimento, relativamente ao lote 1, decorre de uma consulta preliminar de mercado efetuada pela entidade adjudicante. No que concerne ao lote 2 o preço base do presente procedimento decorre do valor contratual de anterior procedimento para a prestação do mesmo tipo de serviços.

9.5. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Gesba deve pagar ao prestador dos serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

9.6. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

10. Condições de Pagamento

10.1. A quantia devida pela Gesba, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo máximo de 60 dias após a receção pela Gesba das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a prestação dos serviços de transporte.

- 10.2.** Em caso de discordância por parte da Gesba quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

11. Penalidades Contratuais

- 11.1.** Sem prejuízo do disposto no ponto 6. do presente Caderno de Encargos, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Gesba pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a)** Pelo incumprimento dos prazos e datas indicados na requisição, até 1.000,00€ por dia, sem prejuízo do ressarcimento dos danos excedentes;
- b)** Incumprimento das demais obrigações previstas no ponto 6. do presente caderno de encargos, até 20% do preço contratual, sem prejuízo do ressarcimento dos danos excedentes.

- 11.2.** Em caso de resolução do contrato por incumprimento, o fornecedor obriga-se a pagar à Gesba, a título de clausula penal, uma indemnização no montante de 100.000,00€, sem prejuízo do ressarcimento dos danos excedentes.

- 11.3.** Na determinação da gravidade do incumprimento, a Gesba tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

- 11.4.** A Gesba pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias ou com outros prejuízos decorrentes da violação de quaisquer umas das obrigações pela entidade adjudicatária devidas nos termos da presente cláusula.

12. Força Maior

- 12.1.** Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 12.2.** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 12.3.** Não constituem força maior, designadamente:
- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b)** Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

12.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

12.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

13. Resolução por Parte do Contraente Público

13.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Gesba pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a)** Qualquer atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato ou declaração escrita do fornecedor de que haverá atraso na prestação dos serviços;
- b)** Incumprimento da obrigação de prestar os serviços, em conformidade com o previsto no n.º 6 o presente programa.

13.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Gesba.

14. Resolução por Parte do Fornecedor

14.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses relativamente ao prazo estipulado.

14.2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

- 14.3.** No caso previsto no ponto 14.1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Gesba, que produz efeitos 60 (sessenta) dias após a recepção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 14.4.** A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

15. Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

16. Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

17. Comunicações e Notificações

- 17.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

17.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

18. Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

19. Proteção de Dados

19.1. No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato a celebrar, as partes observam escrupulosamente o regime legal da proteção de dados pessoais, empenhando-se em proceder a todo o tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário ao desenvolvimento do Contrato no estrito e rigoroso cumprimento da Lei.

19.2. Ao abrigo do disposto no número anterior, as partes obrigam-se, nomeadamente:

- a) Tratar e usar os dados pessoais nos termos legalmente permitidos, em especial recolhendo, registando, organizando, conservando, consultando ou transmitindo os mesmos, apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco ou nos restantes legalmente previstos.
- b) Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para os quais tenham sido recolhidos.
- c) Conservar os dados apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades da recolha ou do tratamento posterior, garantindo a sua confidencialidade.
- d) Implementar as medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
- e) Informar imediatamente a outra parte, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada, caso exista alguma quebra de segurança, ou suspeita da mesma, independentemente de colocar ou não em causa a

segurança e integridade dos Dados Pessoais.

- f) Garantir o exercício, pelos titulares, dos respetivos direitos de informação, acesso e oposição.
- g) Assegurar que os respetivos colaboradores ou os prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respetivos titulares ou, se aplicável, ser o seu processamento objeto de notificação ou de pedido de autorização à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

20. Legislação Aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.